

## 350 - REFLEXÕES EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÉNERO

Sofia Bergano [1]

[1] Departamento de Ciências da Educação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, [sbergano@ipb.pt](mailto:sbergano@ipb.pt)

### Resumo

A identidade, ao longo do tempo, tem sido vista num contínuo entre a unicidade individual e a semelhança que cada um tem com os elementos do(s) grupo(s) de pertença. Assim, ao longo da história do pensamento, o conceito tem-se definido ou no sentido essencialista e individualista ou no sentido da análise da relação do eu com o meio e as suas circunstâncias, numa perspectiva mais existencialista.

O traço identitário que se constitui como central neste trabalho é o género e, neste sentido, propomos uma reflexão acerca de alguns modelos teóricos que explicam os mecanismos associados à construção da feminilidade. É dado especial relevo às abordagens teóricas que propõem a construção identitária como um processo de identificação-diferenciação. Privilegiando estas abordagens impõe-se a análise de uma tradição cultural que assenta numa diferenciação de papéis e estatutos sociais transmitidos, de uma forma mais ou menos subtil, pela educação formal e não formal.

### 1. Introdução

Com este trabalho pretende-se uma reflexão acerca dos processos de construção identitária, mais especificamente, da construção da identidade de género. Iniciamos este percurso pela questão da identidade e, só posteriormente, passamos às implicações das principais teorias abordadas para a compreensão dos processos constitutivos da identidade de género.

Neste percurso, serão referidas posições essencialistas, no entanto, serão mais valorizadas perspectivas existencialistas. E portanto, os modelos referidos para a compreensão da feminilidade serão, sobretudo, aqueles que entendem o género como uma construção social.

Assim, os objectivos propostos referem-se à compreensão dos processos de construção identitária e dos desafios que se colocam aos sujeitos, na actualidade. Um poutro aspecto a aprofundar será a percepção de que os processos de construção identitária são tributários das teias de relações sociais em que os sujeitos estão se movimentam e que por essa razão não são independentes das relações de poder que estabelecem com os restantes elementos do(s) seu(s) grupo(s) de pertença ou de outros grupos que o sujeito intercepta.

No que respeita à identidade de género, pretende-se identificar os desafios que se colocam à sua compreensão, em contextos de intercepção com outras referências identitárias. Nesta perspectiva, salienta-se a importância de não assumir a categoria das mulheres como uma categoria homogénea e perceber que as relações de poder e subordinação não são,

1

necessariamente, idênticas para todas as mulheres e até que ser, ou tornar-se, mulher não terá o mesmo significado para todas as mulheres, ou seja, que a identidade feminina é construída numa teia de relações sociais que pode atribuir significados distintos à feminilidade.

## 2. O conceito de identidade

A questão da identidade tem sido abordada, por diferentes quadros teóricos, como uma questão central para a resposta à indagação sobre a essência e a existência do ser humano. Neste sentido, tem vindo a estar presente em discursos das mais diversas áreas das ciências sociais, na tentativa de dar resposta a questões intemporais e transversais a diferentes culturas como, por exemplo, *Quem somos? O que nos define? Qual a origem e a estabilidade do nosso ser enquanto pessoa? O que nos distingue dos outros e o que nos aproxima deles?*

No contínuo entre a unicidade individual e a semelhança que cada um tem com os elementos do(s) grupo(s) de pertença, o conceito de identidade tem-se definido no sentido essencialista e individualista ou no sentido da análise da relação do eu com o meio e as suas circunstâncias, numa perspectiva mais existencialista.

Na tradição iluminista, e sob influência do pensamento cartesiano, desenvolveu-se uma concepção de “sujeito abstracto, visto como centrado, unificado, dotado de razão, de consciência e de acção (...) defende-se a existência de um núcleo interior, que nasce e se desenvolve com o sujeito, e que constitui o centro, a substância essencial, que conforma a identidade”. (Moreira e Fernandes de Macedo, 2002, p.14) Assim, a perspectiva cartesiana apresenta um indivíduo que se desenvolve em torno do núcleo interior, secundarizando a influência do meio e do seu exterior, o que torna a identidade um aspecto individual e estável.

Posteriormente, o dualismo cartesiano é posto em causa por Locke que ao elaborar uma das primeiras teorias dialécticas da socialização, concebe a identidade como confrontada por leis e regras a serem obedecidas, bem como pela esfera privada em que o *eu* se torna um *eu social*, em decorrência do relacionamento com o ambiente externo próximo<sup>1</sup>. (Moreira e Fernandes de Macedo, 2002, p.14) Deste modo, o empirismo traz para a discussão acerca da identidade a importância do meio, contestando, fortemente, as ideias inatistas e afirmando a experiência humana como central na construção do eu, pondo em causa uma individualidade completamente independente do contexto em que os sujeitos crescem e se desenvolvem.

Uma outra perspectiva teórica que contesta as visões essencialistas sobre a individualidade e a unicidade humanas é o marxismo, que se afasta da “ideia de uma essência universal humana que seja atributo de cada indivíduo singular” enfatizando “a centralidade das relações sociais de produção na constituição tanto dos sujeitos colectivos concretos como de suas relações com o Estado”. (Moreira e Fernandes de Macedo, 2002, pp.14-15)

No final do século XIX início do século XX, “James sustenta que o ser humano tem tantos eus sociais quantos são os grupos de indivíduos com que lida e cujas opiniões valoriza”. (Moreira

---

<sup>1</sup> Itálico no original.

e Fernandes de Macedo, 2002, p.15) Inicia-se, então, um ciclo que coloca a identidade num espaço de tensão entre as relações que cada indivíduo estabelece com os diferentes grupos com os quais se relaciona, que o constituem e que contribuem para a sua identificação.

Para esclarecer os processos de construção da identidade Mead propõe a noção de internalização para descrever como a sociedade e as suas instituições determinam a individualidade e a identidade. Intensifica, desta forma, a tensão entre o eu individual (que permanece a categoria básica de todo o pensamento liberal) e o eu social. Para Mead, há apenas um eu biológico, mediado por um eu social formado pela interacção entre o indivíduo e os *outros significativos* – família, autoridades civis, grupos de pares – todos determinando, de modo subordinado, o que se entende por indivíduo. Juntos, constituem um outro generalizado – a totalidade de valores, crenças e regras de conduta com base nas quais se vive. (Mead, 2008)

Salientamos a noção de eu social como agente regulador do eu biológico e dinamizador de mudanças adaptativas do próprio organismo. Nesta perspectiva, a noção de eu social de Mead envolve dois momentos: o ambiente constantemente em mudança e sua assimilação por um organismo vivo.

Os dois termos movem-se constantemente e o resultado da relação entre eles é sempre indeterminado no que se refere ao sujeito. Como cada objecto tem o seu espaço-tempo, sempre em movimento e, deste modo, a relação entre dois corpos é sempre uma interacção quádrupla, de tal modo que o objecto (o eu) nunca é idêntico a si próprio. Assim, a sua identidade só pode ser apreendida em relação ao seu próprio espaço-tempo e aos espaços tempos que intersecta. Identidade é o nome que se dá a essa intersecção, sempre temporária, sempre relativa ao processo, sempre relativa aos eventos que a constituem. (Aronowitz citado por Moreira e Fernandes de Macedo, 2002)

Nesta perspectiva, as dimensões temporal e espacial impõem uma visão dinâmica da identidade. Esta dinâmica resulta da interacção entre o sujeito e o meio e também da interacção entre o sujeito e ele próprio na sua dimensão temporal, ou seja, na reflexibilidade intrasubjectiva do passado, presente e planos de futuro.

Esta noção de identidade enquanto construção do contínuo temporal aparece, também, na perspectiva de Pio-Abreu (2006), associada à representação que o indivíduo faz de si próprio e na narrativa que lhe dá sentido e unidade.

A identidade encontra-se, indubitavelmente, associada à representação que os indivíduos fazem de si próprios e, de acordo com Pio-Abreu, corresponde a uma representação “fora do tempo presente, ou seja, no passado e no futuro”. (Pio-Abreu, 2006, p.4)

Ainda de acordo com o mesmo autor, a identidade está, então, fora do corpo do sujeito (como representação) mas, nunca deixa de ser acompanhada por este. No entanto, esta perspectiva da identidade como “representação de si próprio deriva da representação do outros” (Pio-Abreu, 2006, p.5). Sendo que tende a corresponder ou, pelo menos, a ter em consideração as expectativas das pessoas que rodeiam o sujeito, atribuindo assim à comunidade um papel de extrema relevância no sentido em que “em princípio, a identidade é conferida pela comunidade e alimenta-se de reconhecimento mútuo”. Da mesma forma, encontra-se, também, associada “aos

papéis que desempenhamos, através dos quais partilhamos da dinâmica comunitária”. E é, neste sentido, que acrescenta que a identidade “transcende o corpo e representa a própria comunidade que persiste para além do espaço e do tempo do corpo individual”. (Pio-Abreu, 2006, p.6)

A relação da identidade com o tempo, o espaço e a comunidade é também apresentada em enquadramentos teóricos de influência psicanalítica como, por exemplo, no trabalho de Grinberg e Grinberg (1998). Estes autores afirmam “que o sentimento de identidade resulta de um processo de interacção contínua de três vínculos de integração que denominamos espacial, temporal e grupal” (Gringerg e Grinberg, 1998, p.22)

O vínculo de integração espacial “compreende a relação entre as diferentes partes do *Self* entre si, incluindo o *Self* corporal, mantendo a sua coesão e permitindo a comparação e o contraste com os objectos; tende para a diferenciação *Self* – não *Self* individualização”. O vínculo de integração temporal “aponta para um vínculo entre as diferentes representações do *Self* no tempo, estabelecendo uma continuidade entre elas e conferindo a base do sentimento de unicidade”. O vínculo de integração social “refere-se à conotação social da identidade e é dado (...) pela relação entre aspectos do *Self* e aspectos dos objectos, mediante os mecanismos de identificação projectiva e introjectiva”. (Gringerg e Grinberg, 1998, p.25)

Assim, a identidade aparece como factor e resultado da relação Eu-Outro, na medida em que constitui critério de diferenciação em relação aos outros, constitui um factor e resultado da unidade do próprio Eu e, por fim, é apresentada como factor e resultado de um processo de reconhecimento e pertença social.

Considerando a identidade como constructo complexo e, inquestionavelmente, associado quer à idiosincrasia dos sujeitos, quer aos contextos que os influenciam, é inevitável que a crescente complexificação dos contextos sociais concorra para a crescente elaboração do próprio conceito de identidade.

Uma ideia transversal à análise da identidade, na contemporaneidade, é a mudança. Assumindo a inevitabilidade da influência do contexto nos indivíduos, teremos que considerar que as constantes transformações económicas, políticas, sociais e culturais desestabilizam as ideias de identidade pessoal e nacional, tornando a tarefa individual de se definir como sujeito cada vez mais difícil.

Cada sujeito é permeável à influência de acontecimentos, fenómenos, culturas e valores transnacionais, cada indivíduo não é mais um elemento de um grupo apenas, a pertença partilhada a diferentes grupos, por vezes caracterizados por valores e estilos de vida concorrentes entre si, acaba por pôr em causa as identidades tradicionais, em que a estabilidade e os processos de identificação pouco divergiam dentro do mesmo grupo de pertença.

Emerge um novo sujeito, o sujeito pós-moderno que se caracteriza por ser um “sujeito fragmentado, descentrado tanto do seu lugar no mundo social como de si mesmo. Composto por várias identidades, algumas contraditórias ou mesmo não resolvidas”. (Moreira e Fernandes de Macedo, 2002, p.18)

Face a esta dinâmica de mudança, a tarefa de cada um construir a sua identidade acaba por ser uma tarefa contínua. Neste sentido, a identidade já não pode ser vista como uma mera transmissão social do grupo para o indivíduo, como se de uma herança se tratasse, ela deve ser vista como um processo em que o sujeito se assume como produtor de si próprio, não negando a importância do grupo neste processo. Mas, no que se refere à influência do grupo não podemos esquecer que, actualmente, as pertenças partilhadas são cada vez mais comuns o que, muitas vezes, representa não uma construção de identidade mas a necessidade contínua de (re)construir a identidade para fazer face às novas exigências que o meio coloca ao sujeito ou as que o sujeito coloca a si próprio.

Actualmente, a unidade identitária é questionada uma vez que “o indivíduo ocupa múltiplas posições de sujeito, isto é, apresenta distintos aspectos identitários que não se unificam em torno de um eu coerente e que se modificam ao longo do tempo. O eu mostra-se, portanto, uma produção histórica, cultural e discursiva, num constante processo de reconstrução. Constituindo e sendo constituído por diferentes relações de poder, é relacional, ou seja, define-se por sua relação com os outros.” (Carlson e Apple citados por Moreira e Fernandes de Macedo, 2002, p.18)

Dando ênfase ao carácter não linear do processo de construção da identidade, Hall defende que “aspectos identitários diversos cruzam-se e deslocam-se no interior dos indivíduos e dos grupos, tornando o processo de identificação descontínuo, variável, problemático e provisório”. (citado por Moreira e Fernandes de Macedo, 2002, p.19) Não devemos esquecer que estas dinâmicas de mudança colocam novos desafios aos sujeitos e, por conseguinte, novas dificuldades mas, simultaneamente, novas oportunidades de construir uma narrativa pessoal diferente daquelas a que teriam acesso num contexto mais tradicional.

Conceptualizando a identidade como um processo de construção operado pelo sujeito em relação com o meio, é importante considerar que nesta interacção são tão importantes os mecanismos de identificação como os de diferenciação.

O sujeito constitui-se através da construção de semelhanças com os seus pares, ou com pares idealizados, mas também pelas diferenças que encontra e afirma em relação aos outros com pertenças distintas das suas. Neste sentido, “podemos considerar identidade e diferença como entidades inseparáveis e mutuamente determinadas, (...) na medida em que é apenas por meio da relação com o outro que a nossa identidade se produz” (Moreira e Fernandes de Macedo, 2002, p.19). Assim, a diferença está presente no processo de construção identitária: a identidade elabora-se sempre em oposição ao que não se é, constrói-se sempre no meio da diferença e não fora dela.

Esta relação com o diferente na construção da identidade acrescenta, ainda mais, o seu carácter transitório num contexto de globalização e de transnacionalização da cultura, uma vez que, nos dias de hoje, o acesso à diversidade e a tomada de consciência da alteridade é um aspecto permanente das sociedades ocidentais. Cada vez mais aumenta o contacto com formas de vida, valores e culturas distintos, já não apenas de países distantes, mas no seio da própria

sociedade, em que se desenvolvem movimentos culturais diferenciados e, por conseguinte, diferenciadores.

Dias de Carvalho (2007) afirma que a “relação de alteridade como sendo não só primeira como até constitutiva de identidade própria” (p. 12). É nesta gestão da semelhança-diferença que o sujeito tenta construir a sua narrativa pessoal, na tentativa de encontrar um sentido para a sua vida e de ver esse sentido reconhecido pelos outros que lhe atribuem valor de sujeito. No entanto, as referências identitárias são, como já vimos anteriormente, cada vez mais fragmentadas o que dificulta esta tarefa.

Esta procura de uma narrativa que faça sentido para o sujeito e para o(s) grupo(s) a que pertence, acaba por ser uma construção social só formalmente individual.

Formalmente individual porque, cada sujeito é agente de si mesmo, a organização e a coerência (possível) entre as referências identitárias é tarefa de cada um, no entanto, a matéria-prima, os seus elementos constituintes provêm do meio, do grupo de pertença ou do grupo de referência do indivíduo e, neste sentido, a construção identitária será sempre o resultado de um processo social, através do qual o sujeito se constrói na procura da afirmação do seu eu, diferente dos outros mas reconhecido e aceite por eles.

Esta tensão dinâmica entre o eu e o outro pressupõe que falar de identidade é também falar de inclusão e de exclusão, uma vez que, “se a identidade é uma construção social que define os que, como “nós”, “ficam dentro” e os que, “como eles”, “ficam fora”, analisar a formação de identidades exige que se compreendam os padrões de inclusão e de exclusão que fazem com que sempre se forme um “nós” se fechem as portas para um “eles”. (Gilroy citado por Moreira e Fernandes de Macedo, 2002, pp.19-20) Nesta relação entre o eu e o outro na construção da identidade é, portanto, imprescindível compreender os mecanismos, as disputas e as relações de poder em cujo âmbito se dividem os semelhantes dos diferente, os “nós” dos “outros”.

A introdução das relações de poder entre os indivíduos e entre os grupos é fundamental para a compreensão de algumas especificidades dos processos de identificação/diferenciação na construção identitária. Por exemplo, questões como o género, a religião, a etnia (eixos de referência identitária) assim como a interação entre eles podem contribuir para a formação de polaridades de poder/subordinação característicos de cada interação específica, diferenciando, mais do que aproximando, sujeitos com apenas uma das características referidas.

A complexificação crescente das sociedades actuais conduz, inevitavelmente, a novos desafios que se colocam aos sujeitos na construção ou reconstrução da sua identidade. Não esquecendo que, como afirmam Moreira e Fernandes de Macedo a identidade constitui-se como “parte fundamental do movimento pelo qual os indivíduos compreendem os elos, mesmo imaginários, que os mantêm unidos”. (2002, p.13) Assim, é necessário redefinir o próprio conceito de sujeito, como unidade de análise. Este deve ser entendido como agente transformador

e criador de si e do mundo e não só como o resultado de determinismos biológicos ou sociológicos.

Actualmente, as sociedades complexificaram-se, impondo novos desafios aos sujeitos. Num contexto de globalização, em que a mudança se impõe como permanente, e em que cada sujeito assume um grande número de papéis sociais pertencendo, simultaneamente, a diferentes grupos, que por vezes se caracterizam por defenderem interesses distintos e, eventualmente, geradores de tensões ou conflitos pessoais, torna-se inevitável a reconfiguração do sujeito. Uma vez que, “emerge o indivíduo (...) desmunido da segurança dos estereótipos de classe, de sexo, de profissão, etc., [que] tem de buscar e construir o seu próprio papel e a sua identidade” (Dias de Carvalho e Baptista, 2004), na intercepção do que se espera dele em cada grupo de pertença.

### 3. A identidade de género

O género é um eixo de construção indentitária que constitui o foco de análise central neste trabalho. Pretende-se reflectir em torno de questões que se relacionem com o que significa ser mulher para o sujeito feminino e, também, acerca daquilo que o sujeito percebe como sendo as expectativas do grupo social a que pertence em relação à sua performatividade<sup>2</sup> de género.

Como foi referido no ponto anterior, a identidade constrói-se através de um processo de identificação-diferenciação que, no caso do género carrega uma tradição cultural assente numa diferenciação de papéis e estatutos sociais, por vezes, alicerçados num discurso científico de base ideológica.

Definir as diferenças entre homens e mulheres, assim como as características que se entendem como femininas tem sido, na sociedade ocidental uma questão de demarcar as diferenças entre os sexos e negligenciar as diferenças dentro da categoria social das mulheres ou dos homens. Na tentativa de compreender o traço identitário do género, durante muito tempo, o foco de análise centrou-se sobretudo nas diferenças entre indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino. Considerando-se que a diferença biológica, entre homens e mulheres, originava e, simultaneamente, justificava as diferenças psicológicas entre géneros. Esta perspectiva continua muito presente no senso comum, que continua a utilizar as diferenças sexuais como justificação para uma pertença diferença essencial entre características de personalidade de mulheres e homens, diferença esta que a ciência tem, cada vez mais, dificuldade em demonstrar.

Mas, em 1949, Simone de Beauvoir na obra *O Segundo Sexo*, colaça a questão “o que é uma mulher?” e, segundo ela, esta questão “não pode ser respondida através do princípio de que pesa sobre a mulher um destino fisiológico, psicológico ou económico” (2009, p. 33), neste sentido dedica a primeira parte da obra referida, que se intitula *Destino*, à análise dos pontos de

---

<sup>2</sup> O conceito de performatividade de género foi defendido por Judith Butler, em 1990. Na sequência do pensamento desta autora, género é uma actuação ou *performance*, é aquilo que fazemos num determinado momento e não um modo universal de sermos. Todos usamos uma certa actuação de género, quer ela seja mais, ou menos, tradicional. Neste sentido, as identidades, sejam elas de género, raça ou classe, não são a expressão de um “eu” autêntico e interior, mas um efeito “dramático” das nossas actuações (Saavedra, 2005, p.44).

vista biológico, psicanalítico e do materialismo histórico na explicação para as diferenças entre homens e mulheres. Nesta obra, a autora coloca em causa as perspectivas essencialistas da identidade de género, conceptualizando-a como uma construção decorrente da interacção do sujeito com o seu contexto.

Mais recentemente, têm proliferado estudos sobre identidade de transexuais e homossexuais, que não estando directamente relacionados com o objectivo central deste trabalho, são importantes para a reflexão em torno da construção da identidade de género<sup>3</sup>. Com facilidade se constata, que esta linha de investigação afasta as explicações biológicas como origem da “alma feminina”. A dualidade entre masculino e feminino é posta, muitas vezes, em causa como é visível, por exemplo, na afirmação “recusar tornar-se (ou manter-se) heterossexual significa sempre recusar tornar-se homem ou mulher” (Wittig, 2008, p.159), que nos indica o carácter construído da identidade expresso no verbo tornar-se e, simultaneamente, questiona a dualidade da identidade de género deixando antever a possibilidade de não pertencer a nenhuma das categorias apresentada que, de acordo com a autora, representam uma distinção política e ideológica das categorias de homem e mulher que se fundamenta mais na organização heterossexual da sociedade do que em questões essenciais tidas como imutáveis.

Como referimos anteriormente, a identidade constrói-se em torno de vários eixos que contribuem para a construção individual, neste trabalho o principal objectivo é reflectir acerca da identidade de género, contudo, teremos de considerar que o género não opera isoladamente na forma como os sujeitos se vêem e são vistos. O género participa neste processo interagindo com outras referências identitárias e esta interacção é sempre dinâmica, quer no sentido em que cada uma se intercepta com as restantes, num determinado espaço e tempo, quer na forma como a flexibilidade do indivíduo constrói compromissos entre elas, ao longo da sua trajectória de vida. Verifica-se, portanto, uma coexistência de factores socialmente construídos que se relacionam no processo de identificação-diferenciação necessários para a construção da identidade. Neste sentido, Eileen Boris e Angélique Janssens (2004) afirmam que “raça, género e classe social podem ser conceptualizadas como sistemas de dominação ou sistemas de desigualdade, mas também como identidades culturais” (p.6) e que, por isso mesmo, é fundamental o questionamento acerca de como estes sistemas de diferença se relacionam entre si.

Assim, parece uma evidência cada vez maior que é a natureza do tecido das relações em que as pessoas participam que influencia a maneira como elas se comportam em relação aos outros, como elas se representam reciprocamente e como se constroem numa identidade própria, designadamente, no que se refere à identidade de género.

Mesmo que o aspecto fundamental deste trabalho não seja análise de variáveis como a classe, a etnia, a orientação sexual, ou a opção religiosa, é necessária a tomada de consciência de que podem constituir factores de especificidade no discurso individual sobre a identidade feminina.

#### 4. Considerações Finais

---

<sup>3</sup> A este respeito damos o exemplo do artigo *Transgendering: blurring the boundaries of gender*, de Wendy McKenna e Suzanne Kessler (2006).

A construção da identidade é um assunto que tem sido abordado por vários enquadramentos teóricos, permanecendo como uma questão que se reveste de grande interesse quer académico, quer político e social. A questão da tensão entre a individualidade e a influência da cultura e do contexto social, a questão entre a diferença e a semelhança, a forma como nos interpretamos e como somos interpretados, têm animado debates sobre a identidade, ao longo dos tempos.

Na certeza de que esta procura de quem somos faz, cada vez mais, sentido num mundo em constante mudança, que se caracteriza pela diversidade mas que ainda procura a forma de integrar o diverso, a identidade de género surge como um assunto que exige uma reflexão cuidada. Uma vez que ser homem ou ser mulher é uma construção que se faz individual e colectivamente e que resulta de um compromisso entre o indivíduo e a situação social que exige determinada performatividade de género. Por outro lado, esta reflexão conduz, inevitavelmente, à constatação da necessidade de perceber a interacção de outras referências identitárias que se revelam pertinentes na constituição e interpretação que cada um faz de si. Neste sentido, as questões da religião, classe social, orientação sexual, escolaridade, profissão, a idade, entre outras, são aspectos a considerar na compreensão da construção da identidade. Ser mulher hoje é diferente de o ter sido noutros tempos e em outros contextos culturais, mas tão importante como compreender estas diferenças é compreender como, diferentes mulheres, de diferentes contextos e tempos se interpretam e interpretam a sua feminilidade. E este deve ser o próximo desafio!

## 6. Referências Bibliográficas

- BEAUVOIR, S. (2009). *O Segundo Sexo*, vol. I, Lisboa: Quetzal Editores.
- BORIS, E. e JANSSENS, A. (2004). Complicating Categories: na Introduction. In E. BORIS e A. JANSSENS (Edit.). *Complicating Categories: Gender, Class, Race and Ethnicity*, Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, pp.1-13.
- BUTLER, J. (2008). Gender Trouble, Feminist Theory, and Psychoanalytic Discourse. In L. ALCOFF and E. MENDIETA (Ed.). *Identities: Race, Class, Gender, and Nationality*, Malden: Blackwell Publishing, pp. 201-211.
- DIAS de CARVALHO, A. e BAPTISTA, I. (2004). *Educação social: fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- GRINBERG, L. e GRINBERG, R. (1998). *Identidade e Mudança*, Lisboa: Climepsi Editores.
- McKENNA, W. e KESSLER, S. (2006). Transgendering: blurring the boundaries of gender. In K. DAVIS, M. EVANS e J. LORBER (Ed.). *Handbook of Gender and Women's Studies*, London: Sage Publications, pp. 343-354.
- MEAD, G. (2008). The self. In L. ALCOFF and E. MENDIETA (Ed.). *Identities: race, class, gender and nationality*, Malden: Blackwell Publishing, pp.32-40.
- MOREIRA, A. e FERNANDES de MACEDO, E. (2002). Currículo, identidade e diferença. In A. MOREIRA e E. FERNANDES de MACEDO (Orgs.). *Currículo, Práticas Pedagógicas e Identidades*, Porto: Porto Editora, pp. 11-33.
- PIO-ABREU, J. (2006). Tempo, Corpo e identidade, Conferência apresentada nas Sextas Jornadas sobre Comportamentos Suicidiários, Luso-Coimbra, disponível em [http://www.medicoscentro.com/Pio\\_Abreu/Tempo-corpo-identidade.pdf](http://www.medicoscentro.com/Pio_Abreu/Tempo-corpo-identidade.pdf)
- SAAVEDRA, L. (2005). *Aprender a Ser Rapariga, Aprender a Ser Rapaz, teorias e práticas da escola*, Coimbra: Almedina
- WITTIG, M. (2008). One Is Not Born a Woman. L. ALCOFF and E. MENDIETA (Ed.). *Identities: race, class, gender and nationality*, Malden: Blackwell Publishing, pp.158-162.